

Aparte

aparte@gazetadigital.com.br

Técnico?!

As alegações do vice-governador e secretário de Cidades, Chico Dalto, de que o perfil da nova pasta seria técnico passou longe com a indicação de Márcia Vandoni, que na verdade se tornou “useira e vezeira” de artimanhas políticas que a fazem sobreviver de governo em governo. Desde Dante, ela se esconde nos corredores do poder público.

Cada um por si

O ano legislativo na Câmara de Cuiabá começa dia 5 de fevereiro. O presidente da Casa, vereador João Emanuel, já avisou que fará controle de gastos. Isso inclui estruturação dos gabinetes dos parlamentares. Algumas salas estão praticamente vazias, então cada um vai ter que se virar com a verba indenizatória. A Casa só vai garantir estrutura mínima, como ar condicionado.

Peregrinação



Otmar de Oliveira

O prefeito Mauro Mendes vai, hoje à tarde, visitar mais três unidades de saúde da Capital. A primeira será a Policlínica do CPA, depois a Policlínica do Planalto e, em seguida, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Morada do Ouro. A maratona começa 14h15. Então, quem estiver a fim de reclamar é só esperar o prefeito em uma dessas unidades. Será uma boa oportunidade. No seu primeiro dia como prefeito Mauro visitou o Pronto-Socorro e prometeu melhorias.



João Vieira

O retorno

O ex-prefeito Wilson Santos (PSDB) começa a dar passos rumo ao projeto político de 2014. Ele tem preferido ficar bem distante dos holofotes da imprensa, mas internamente está movimentando peças no tabuleiro do tucanato para arregimentar respaldo político. À frente, tem, por exemplo, a análise sobre possível retorno à Assembleia Legislativa.



Otmar de Oliveira

Não às nomeações

As informações de que o novo presidente da Câmara de Cuiabá, João Emanuel (PSD), demitiu 148 servidores comissionados do Legislativo Municipal que pertenceriam à gestão passada só terão validade se não forem nomeados novos apadrinhados. Mas, como dizem que os cargos serão loteados entre os 13 vereadores que votaram na sua chapa é trocar seis por meia dúzia.

Poucas & Boas

▶▶ A bancada federal de Mato Grosso precisa se dar ao respeito sob pena de ficar mais desmoralizada ainda do que já é. Senadores e deputados federais têm desempenho medíocre em relação à liberação de emendas que na realidade não acontecem.

▶▶ Em tempo, se os deputados e senadores se esforçassem para liberar recursos talvez não ficassem tão feios os gastos das verbas de gabinetes que são estratosféricas e absurdas.

▶▶ Exemplar foi a decisão do governador Silval Barbosa (PMDB) em entendimento com os deputados estaduais, que permitiu a eles indicarem obras em vez de emendas e recursos. Na LOA deste ano não houve emendas individuais, apenas coletivas e o orçamento se tornou impositivo.

▶▶ O novo secretário de Promoção Social de Cuiabá, José Rodrigues, que foi adjunto da ex-primeira dama Terezinha Maggi e da atual primeira-dama Roseli Barbosa, assumiu a função amparado pelo apoio do governador Silval e do senador Blairo Maggi (PR).

▶▶ A intenção de José Rodrigues é ao final de quatro anos reduzir a níveis baixíssimos as famílias que vivem em risco iminente por causa da renda abaixo da linha da pobreza. Com trânsito em Brasília, o secretário deverá conseguir recursos para a Capital.

▶▶ O prefeito Mauro Mendes (PSB) não deu descanso para seus auxiliares diretos e fez reuniões durante o fim de semana, prometendo um ritmo diferenciado na administração municipal de Cuiabá.



Dejamil

Linha dura

Em Várzea Grande o clima é de suspense. O prefeito Wallace Guimarães avisou sua equipe de primeiro escalão que não aceitará falhas. Assim, o staff já entendeu que se as coisas não andarem do jeito que o gestor espera, “trocas” poderão ser feitas de imediato. Tem secretário que nem dorme mais.

Frases

Não se trata de escolher quem é o mais rico ou quem tem o maior número, mas sim aquele que tem o melhor plano de ação para a AMM

ADAIR JOSÉ ALVES (PMDB), PREFEITO DE ALTO PARAGUAI



CLÁUDIO DELL'ORTO

Justa remuneração

No mundo real, no qual as pessoas constroem famílias e precisam de justo rendimento para pagar as contas incessantes, uma adequada política remuneratória pelos serviços prestados é essencial. Trata-se de um direito de todo trabalhador. A Constituição Federal indica que o valor precisa ser suficiente para assegurar, no mínimo, alimentação, moradia, saúde e educação. Além disso, deve ser recompensado o investimento necessário para a formação de um bom profissional. Qualificação somente se adquire com exaustivo treinamento, que demanda, conforme a atividade, longo período de tempo.

No Brasil, empresas privadas, públicas e o governo adotaram um sistema em que a remuneração é integrada por várias verbas autônomas, vinculadas a objetivos como alimentação, moradia e saúde. Esse sistema é apontado por especialistas em recursos humanos como forma de incentivar os profissionais e estimulá-los a permanecer vinculados à entidade que investiu na sua formação, evitando evasão de talentos.

Os magistrados, da mesma maneira que todos os profissionais, são submetidos à formação especial e deles se espera, além de profundo conhecimento técnico do Direito e das leis, um especial comprometimento com a realização dos objetivos fundamentais da República. Afinal, são membros de Poder do Estado, selecionados e nomeados por meio de rigoroso concurso público, acessível a qualquer brasileiro que se disponha a cumprir as várias etapas de preparação que duram vários anos, incluindo a formação acadêmica em Direito.

Os juizes não podem desempenhar outra atividade econômica paralela, exceto um cargo de professor. Isso exige que o seu sistema remuneratório, como membros do Poder Judiciário, seja um instrumento capaz de assegurar nível de vida compatível com as responsabilidades atribuídas pela sociedade nos mi-

lhões de processos que diariamente precisam ser decididos para que todos os brasileiros possam ter uma vida mais justa, reduzindo desigualdades sociais.

Uma remuneração adequada certamente permitirá que os cidadãos desistam de um Judiciário melhor, porque os profissionais mais competentes não serão estimulados a migrar para outras áreas do Direito nas quais os salários e vantagens financeiras sejam mais atraentes. Os estudantes de Direito, sabendo que a Magistratura é bem remunerada, terão mais um estímulo para se dedicar ao estudo aprofundado das leis e dos conteúdos acadêmicos dessa ciência. Os magistrados que já acumulam experiência no serviço jurisdicional trabalharão com a certeza de que suas famílias terão uma vida compatível com a responsabilidade e o risco das atividades que exercem e que as despesas poderão ser quitadas sem problemas.

Nesse contexto, é lamentável que, numa interpretação distorcida, se levantem maledicências contra uma conquista da Magistratura brasileira que se denominou auxílio-alimentação. Os seus membros lutaram por um direito reconhecido a praticamente todos os trabalhadores e a outras carreiras de Estado e, após, uma longa querela, obtiveram a simetria ao Ministério Público. Portanto, se o auxílio-alimentação deixou de ser pago no momento em que era devido, nada mais justo que ocorra a quitação dos valores atrasados. Exatamente como decidem os juizes brasileiros em favor de milhões de trabalhadores, aposentados e pensionistas que diariamente precisam de ordem judicial para receber aquilo que não lhes foi pago no momento certo.

Defendemos que todos os brasileiros, inclusive os magistrados, recebam remuneração adequada e que se algum valor não lhes for pago no tempo oportuno, que o responsável seja condenado ao integral pagamento da conta. Uma Justiça independente e eficiente precisa ser bem remunerada.

DESEMBARGADOR CLÁUDIO DELL'ORTO É O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (AMARJ).



EDUARDO MAHON

Renovação verdadeira seria a doação de todas as verbas complementares, salários e outras vantagens em prol de um projeto educacional

A Câmara Municipal tem mais assuntos para tratar do que traições partidárias. Esse é um tema a ser analisado internamente, embora tenha sérias dúvidas de que a eleição da mesa diretora, mesmo contrariando orientação partidária, vá render qualquer sanção administrativa aos correligionários. É preciso superar o tema, porque da fricção entre executivo e legislativo, dificilmente surgirá algo produtivo para Cuiabá. Ademais, não é nenhum pouco inteligente criar uma pauta negativa em termos de comunicação social. Política à parte, é preciso estabelecer uma agenda positiva para a capital mato-grossense.

Bem além da preocupação quase monotemática com relação às obras da copa, há outras preocupações que devem amalgamar parlamento e executivo. Como cidadão, colocaria o problema das drogas como prioridade na agenda urbana cuiabana. Como é cediço, o abandono do poder público para a dependência química faz a sociedade sofrer: surgem nichos de violência, de marginalidade e de desvalorização imobiliária fatores que resultam num círculo vicioso de mais abandono urbano, domínio territorial por traficantes e exclusão social em termos de serviços públicos.

O fenômeno do crack já chegou a Cuiabá e é tão intenso que merece o máximo de cuidado. Já sabemos que o consumo de drogas não deve ser classificado como uma questão de segurança pública ou um tema de direito penal, porque a incidência da pena não só deixa de revolver o problema, como o agrava ainda mais com a estigmatização dos doentes e pauperismo das famílias. O vício deve ser tratado como um problema de saúde, merecendo o empenho legislativo para criar alternativas para a intervenção em favor do doente e de sua família, enquanto o executivo deve viabilizar estrutura para o atendimento e suporte para o tratamento.

Não é raro constatarmos viciados consumindo drogas em pleno centro histórico cuiabano, como nos bairros Popular, Porto, Jardim Leblon, Pedregal e Parque Cuiabá.

O policiamento é absolutamente inócuo para debelar o crack escravizador, serve para prevenir novos consumidores. Os que estão enterrados no debilitante vício, os que venderam bens pessoais e dos familiares e os que estão se entregando à vida criminosa de pequenos furtos e roubos, inclusive menores, necessitam da intervenção do poder público de forma radical.

O crack é uma droga com características mais agressivas do que outras substâncias psicoativas como a maconha e o ecstasy. Além de ser mais barato e acessível, atua com mais força e mais velocidade, podendo viciar no primeiro contato, dado o intenso prazer provocado pelo consumo. Em outras cidades, os especialistas já perceberam que o tratamento penalizador é inútil. O doente deve ser internado numa estrutura que conte com psicólogos, psiquiatras, médicos, enfermeiros, assistentes sociais, advogados, odontólogos. Noutras palavras, uma estrutura onerosa que requer união entre recursos estaduais e municipais.

Uma cidade bem cuidada deve voltar-se para a proteção social, investindo maciçamente em educação, saúde e cultura. Essa pauta geralmente não rende a visibilidade e vantagens das obras (e seus comuns complementos licitatórios). No entanto, tenho certeza de que a erradicação de um dramático problema social e a prevenção do crescimento do consumo de drogas deve ser a primeira pauta do novo governo municipal e do parlamento que se dizem renovados. Renovação verdadeira é abandonar o populismo e concentrar esforços em temas sociais.

Vereadores devem abandonar verbas astronômicas de gabinete e parar de pressionar o executivo por verbas e favores de todas as naturezas, como nomeações de aliados e outras extorsões políticas. O prefeito, por sua vez, deve parar de gerar notícia negativa, de atritos desnecessários, para não perder a oportunidade do começo do mandato e seguir uma agenda positiva.

Renovação verdadeira seria a doação de todas as verbas complementares, salários e outras vantagens em prol de um projeto educacional. Isso sim seria inédito. Fica a dica.

EDUARDO MAHON É ADVOGADO.